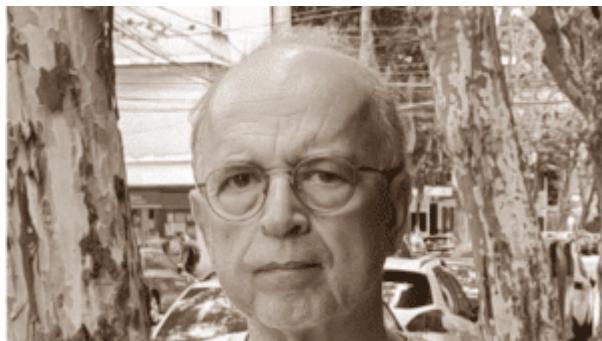


## A imprensa como arma do golpismo em 1964



Por **DÊNIS DE MORAES\***

*A interferência dos meios de comunicação foi crucial para o golpe de Estado - o qual impediu a continuidade de um processo emergente de democratização da vida social, política, econômica e cultural do país*

### 1.

A passagem dos 60 anos do golpe de Estado de 1964 consolidou a omissão da ampla maioria da imprensa empresarial a respeito de sua ativa participação na conspiração que levou à deposição do presidente João Goulart. A cobertura do evento, em grande parte superficial e diversionista, expôs a ausência de autocrítica quanto à sua cumplicidade com a violência cometida contra a democracia e durante os sombrios 21 anos de ditadura militar. O propósito recorrente foi o de tentar manter no esquecimento o papel dos órgãos de difusão na ofensiva de direita e extrema direita, eivada de mentiras e deturpações, que desestabilizou o governo, derrubou o presidente, barrou os avanços sociais em curso e alvejou a esquerda.

Neste artigo, pretendo reavivar como os meios de comunicação, sobretudo a imprensa escrita, tornaram-se uma das trincheiras prioritárias no combate a Jango e às forças progressistas. A trama militar-política-empresarial-midiática obedeceu a um planejamento estratégico bem definido, inspirado nos ditames da Guerra Fria e do anticomunismo. Os artífices do golpismo empregaram táticas de manipulação e persuasão, atreladas à propaganda ideológica adversa, contando para isso com a adesão de grupos de mídia.

A meta era debilitar o governo perante a opinião pública, particularmente junto à classe média e aos segmentos sociais mais conservadores, atemorizando-os com mistificações em torno da “República sindicalista” e da “comunização”, com o intuito de convencê-los a aceitar a quebra da ordem constitucional pela via autoritária e antidemocrática.

### 2.

Com raríssimas exceções, as empresas jornalísticas atuaram como correias de transmissão do bloco conservador - uma teia que interligava o empresariado nacional, as corporações multinacionais, os latifundiários, os especuladores do mercado financeiro, partidos e grupos parlamentares de direita e extrema direita e a parcela reacionária da alta oficialidade das forças armadas. Os fios dessa teia se fortaleceram em torno de intenções comuns: minar as bases de apoio a Jango, deter a ascensão das classes subalternas e, em especial, travar as mobilizações sociais e políticas em favor das reformas de base (agrária, urbana, universitária, administrativa, tributária, fiscal, bancária, política, eleitoral e outras). Reformas que, se concretizadas, constituiriam os alicerces de uma concepção de desenvolvimento nacional inclusivo, participativo, distributivo e mais igualitário.

# a terra é redonda

Para desvelar a convergência da chamada grande imprensa com outras esferas de poder, meu ponto de partida é a contribuição do filósofo marxista italiano Antonio Gramsci, jornalista militante em periódicos socialistas nas décadas de 1910 e 1920 e fundador do *L'Unità*, jornal do Partido Comunista Italiano (PCI), em 12 de fevereiro de 1924. Gramsci qualifica a imprensa como “a parte mais dinâmica” da superestrutura ideológica, fixando-a como “a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica” – ou seja, um braço ideológico-cultural do bloco hegemônico na sociedade.<sup>1</sup>

A imprensa projeta-se, via de regra, como sustentáculo de posições políticas, econômicas, empresariais e financeiras, difundindo significados e valores que servem para consolidar consensos sociais. Assim concebida, atua como fração de partido político na representação de interesses de específicos, externando opiniões nos editoriais, elegendo os temas que julga prioritários e controlando ideologicamente os enfoques noticiosos.<sup>2</sup> No enfrentamento de inimigos reais, pode desfilar campanhas e manobras retóricas, com o propósito de enfraquecer e, no limite, anular alternativas que interfiram nos fundamentos estabelecidos pelas classes hegemônicas.

Exatamente como aconteceu no Brasil até a eclosão do golpe.

No período 1960-1964, havia “uma divisão partidária muito nítida na imprensa brasileira”, com os jornais alinhados a interesses políticos e econômicos, que os vinculava a partidos, grupos e corporações”, como assinala o jornalista Janio de Freitas, que foi redator-chefe do *Jornal do Brasil* (maio de 1959 a abril de 1961) e do *Correio da Manhã* (março a novembro de 1963): “No Rio, tínhamos o *Correio da Manhã*, identificado com o PSD, o partido dos coronéis do interior, e com um setor menos intolerante e radicalizado da alta burguesia. O *Diário Carioca* também se identificava com o PSD, e isso vinha de bem antes, na década de 1950, quando cresceu a sua relevância. O *Diário de Notícias* era o jornal dos militares e da direita, que havia surgido com uma perspectiva relativamente mais democrática, mas que migrou logo para a direita. *O Globo*, conservador e udenista também, era um vespertino importante, mas não tinha nem metade da influência que viria a ter mais tarde. A *Tribuna da Imprensa*, lacerdista. Em São Paulo, sobressaía *O Estado de S. Paulo*, muito identificado com a linha dura, de direita, da UDN”.

Janio de Freitas ressalta que o número de jornais era incomparavelmente maior do que na atualidade. Só no Rio, havia 17 diários em circulação, “o que significava, ao menos teoricamente, mais opções para os leitores e um mercado de trabalho relativamente maior para os jornalistas – ainda que prevalecesse uma tendência conservadora na maioria deles”.<sup>3</sup>

Essa partidarização refletiu-se na aproximação cada vez mais orgânica dos principais veículos com a marcha golpista que finalmente destituiu João Goulart.

## 3.

O vínculo econômico-financeiro por trás da adesão de muitos jornais à oposição a Goulart era alimentado por verbas milionárias das maiores agências de publicidade (várias delas com matrizes nos Estados Unidos), na forma de anúncios e patrocínios de empresas nacionais e estrangeiras contrárias às inclinações reformistas do governo federal; e por créditos concedidos por bancos e financeiras privadas.

Sem contar a captação de recursos junto ao empresariado e entidades privadas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Criado ainda no governo de Jânio Quadros, o IPES foi o braço ideológico de aglutinação das elites empresariais, políticas e militares, das oligarquias rurais e das multinacionais em torno de um projeto de poder que implicasse, segundo René Armand Dreifuss, “a adoção de um modelo capitalista associado e fortemente industrializante, com uma economia centrada sobretudo em um alto grau de concentração de propriedade na indústria e fortemente integrada ao sistema bancário”. A execução de tal projeto exigia a exclusão política das classes populares – exatamente aquelas que poderiam se beneficiar das medidas sociais do governo nacional-reformista. Depor Jango significaria não só a

# a terra é redonda

conquista do Estado para executar a reordenação do capitalismo brasileiro como também a liquidação do movimento de massas que se ampliava no país.<sup>4</sup>

Organismos como o IPES operavam como pontes da ação político-ideológica dentro da estratégia do governo dos Estados Unidos de priorizar a segurança em suas áreas de influência, através do combate ao “inimigo interno” - a esquerda associada ao comunismo - em países latino-americanos. A combinação da doutrina de contrainsurreição com a guerra cultural, midiática e propagandística visava desestabilizar governos populares e progressistas. Sem falar no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado em maio de 1959 por Ivan Hasslocher a serviço da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA, na sigla em inglês). O IBAD despejou, segundo cálculos do então embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, algo próximo a 5 milhões de dólares para tentar eleger candidatos direitistas no pleito de 1962. Essa soma provinha de contribuições tanto de empresários brasileiros quanto de empresas estrangeiras que operavam no Brasil. O IBAD destinava parte dos recursos captados junto a essas multinacionais para o IPES.<sup>5</sup>

Por sua vez, financiados pelo empresariado e por verbas de órgãos governamentais dos Estados Unidos, como a CIA, os cinejornais, boletins informativos, panfletos e cartilhas produzidos pelo IPES formavam um manancial de doutrinação anticomunista. Exploravam a crise econômica e a espiral inflacionária, acusando Jango - que não tinha uma base de sustentação coesa - de ceder a pressões do sindicalismo e da esquerda. Batiam na tecla de que o inimigo estava se tornando cada vez mais ameaçador na “marcha para o comunismo”, supostamente infiltrando-se no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), na União Nacional dos Estudantes (UNE) e em outras entidades da sociedade civil.

O IPES criou o Grupo de Publicações/Editorial (GPE) para produzir artigos doutrinários, matérias e traduções de textos estrangeiros para veículos de comunicação associados ou receptivos. Integravam esse grupo jornalistas, escritores e publicitários afinados com o ideário golpista. No total, o IPES editou quase 300 mil exemplares de livros e cerca de 2,5 milhões de folhetos. Aliciou jornalistas e formadores de opinião e estabeleceu sólidas ligações com empresários de comunicação, o que favoreceu a publicação de editoriais, artigos e reportagens que desacreditavam o governo Goulart e incutiam sentimentos de desesperança, temor e repúdio.<sup>6</sup>

*Última Hora* de Samuel Wainer era o único jornal identificado com o governo Goulart, como o fora com o de Getúlio Vargas no começo na década de 1950. Além das edições carioca e paulista, circulava uma edição nacional impressa no Rio e complementada com noticiários locais em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Curitiba, Campinas, Santos, Bauru, ABC e Niterói. Apoiava as reformas de base, com cobertura diária das reivindicações sociais.

As demais publicações do campo nacional-popular tinham alcance mais limitado e se vinculavam a partidos, organizações e movimentos de esquerda - quase sempre divididos entre si e sem demonstrar a necessária clarividência na análise da correlação de forças real na sociedade. Entre elas, destacavam-se *Novos Rumos*, órgão do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que circulou de 1959 a 1964 e chegou a uma tiragem de 60 mil exemplares; *A Classe Operária*, lançada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 1962; *Brasil Urgente*, editado pela esquerda católica, de 1963 a 1964; *A Liga*, porta-voz das Ligas Camponesas de Francisco Julião, entre 1962 e 1964; *Binômio*, de Belo Horizonte, um dos precursores do jornalismo alternativo; *O Semanário*, nacionalista; e *Panfleto*, semanário brizolista que surgiu em fevereiro de 1964, com tiragem de 70 mil exemplares, e teve apenas sete edições, a última em 30 de março de 1964.

## 4.

À medida que as clivagens ideológicas e a trama golpista se aguçavam, o clima nas redações passou a refletir as posições em litígio. Segundo a jornalista Ana Arruda Callado, o meio jornalístico estava muito dividido na fase que antecedeu o golpe: “A campanha da direita contra o governo João Goulart encontrava eco entre repórteres e jornalistas, de maneira geral, embora, do outro lado, vários de nós apoiássemos as reformas de base e os avanços sociais. Havia discussões sobre o quadro político, que foram ficando cada vez mais restritas aos grupos de esquerda ou de direita. As trocas entre nós, com

# a terra é redonda

posições diferentes, já quase não existiram. Havia um certo enrijecimento ideológico".<sup>7</sup>

O quadro de acirramentos levou Janio de Freitas a pedir demissão do cargo de redator-chefe do *Jornal do Brasil* e, mais tarde, do *Correio da Manhã*, por motivos idênticos: não aceitou ingerências políticas na linha editorial, que valorizava a informação veraz e o interesse precípua dos leitores, e reagiu a tentativas de introduzir mecanismos de censura prévia no noticiário.

Artigos e editoriais associavam o governo Goulart ao comunismo, ao desprestígio dos valores morais, familiares e cristãos, aos riscos à propriedade privada.

(i) O diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, jornalista Júlio Mesquita Filho, em discurso na Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), cobrou uma ação firme dos Estados Unidos contra "a grave situação do Brasil, que está à beira do comunismo" (*Última Hora Nordeste*, 21/11/1963). Segundo Mesquita, "o governo dos Estados Unidos deve prevenir a União Soviética de que não permitirá um novo regime comunista nas Américas, mesmo que para isso seja necessário usar a bomba atômica".

(ii) O proprietário dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, alertou sobre a "comunização" do país (*Última Hora Nordeste*, 13/11/1963): "A Sudene e seus ativistas das esquerdas. Luiz Carlos Prestes e o Partido Comunista nas ruas, Celso Furtado de mãos dadas a Lênin... O assalto a Capuava à luz do dia pelos comunistas é uma página de vergonha e luto para as forças armadas."

(iii) Editorial do *Jornal do Brasil* (13/11/1963) criticou as duas políticas que, a seu juízo, coexistiam no governo Goulart: "Uma legal, sem eficiência e resultado administrativo democrático, e outra ilegal, visivelmente subversiva, montada nesse apêndice ilegal do governo, chamado Comando Geral dos Trabalhadores."

(iv) Já o editorial "Tomada de posição" do *Diário de Notícias* (12/3/1964) acusou Jango de permitir que "demagogos de toda ordem se sirvam desses compromissos [com as demandas populares] para transformá-los em instrumento de agitação e de acirramento da luta de classes".

(v) *O Globo* publicou o editorial "Em defesa da Constituição, da lei e da ordem" (23/3/1964), no qual praticamente justificava uma ruptura institucional: "Quando os principais responsáveis pela coisa pública se associam aos mais notórios agitadores e comunistas, para pregar contra a Constituição e contra o Congresso, não é mais possível a omissão de um único brasileiro, impõem-se a luta e a reação." E foi além na cruzada contra Jango e a esquerda: "A nação não está mais disposta a assistir, imóvel, a guinadas para a esquerda. A nação não é esquerdista e não pode, portanto, admitir um governo esquerdista."

## 5.

Em fins de outubro de 1963, os principais grupos de comunicação do Rio de Janeiro decidiram se contrapor ao programa semanal do deputado federal Leonel Brizola na Rádio Mayrink Veiga (emissora estatal), no qual defendia enfaticamente as reformas de base. Foi então que lançaram a "Rede da Democracia" - uma cadeia formada pelas rádios Globo, Jornal do Brasil e Tupi. Diariamente, às 22h30m, transmitiam pronunciamentos contrários ao governo federal e à esquerda. O objetivo era divulgar "a verdade sobre as manobras que os inimigos da democracia, de peito aberto ou encapuzados, intentam para golpear os princípios constitucionais, as liberdades humanas e os ditames cristãos da formação histórica do Brasil". O comunicado das três emissoras, publicado por *O Globo* em 26 de outubro de 1963, dava conta de que "a voz de líderes autênticos divulgará mensagens de fé na grandeza da pátria e na pujança do regime democrático".<sup>8</sup>

Apareceram de viva voz os empresários Roberto Marinho (Globo), Nascimento Brito (Jornal do Brasil) e João Calmon

# a terra é redonda

(Tupi), adotando, com ligeiras nuances, uma linha discursiva de viés anticomunista e oposicionista.

Depois de dizer que o principal problema brasileiro era o esclarecimento da opinião pública, Roberto Marinho ressaltou: “Muitos dos nossos patrícios estão sendo vítimas de uma deformação intencional e altamente perigosa, da parte de uma minoria de demagogos e de comunistas, ostensivos ou disfarçados, mas todos empenhados em envenenar as nossas relações com os países do mundo ocidental, jogar-nos à ‘Cortina de Ferro’ e estabelecer, dentro do próprio país, condições que o levariam inexoravelmente ao comunismo.”

Nascimento Brito defendeu as “liberdades democráticas”, que, se mantidas, assegurariam ao país superar as dificuldades – inclusive “a inflação, que desvaloriza o dinheiro e dificulta a vida do povo”. Advertiu, porém, para a ação dos “inimigos da democracia [...], totalitários que querem oprimir o povo em nome de uma falsa ‘nova ordem’”.

Calmon, referindo-se ao poder de penetração do rádio, indagou: “Por que haveria de continuar o rádio, no plano político, a ser manejado em cadeia apenas por inimigos mortais da democracia? [...] Chegou a hora de dizer: basta! Nossa ‘Rede da Democracia’ aqui está para impedir que nos céus do Brasil continue o monólogo liberticida e subversivo”.<sup>9</sup> E mais adiante: “Estávamos perdendo a batalha da propaganda, que é o episódio mais importante da Guerra Fria, mas ainda é possível recuperar o tempo perdido.”

O diretor da Rádio Tupi foi o único dos três empresários a, explicitamente, atacar as reformas de base e o governo. Prometeu demonstrar que “exploradores da boa-fé do proletariado” iludiam o povo com a emenda constitucional da reforma agrária; e que “a demagógica política salarial do trabalhismo tornou o frete marítimo quase proibitivo”.

No programa de 30 de outubro de 1963, Roberto Marinho criticou a política econômica de Goulart, que, no seu modo de ver, estimulava os trabalhadores a lutarem por melhores salários, sem esclarecer-lhos dos impactos inflacionários sobre o custo de vida: “O que lhes interessa [aos operários] não é o aumento de salários, mas a estabilidade de preços das coisas. [...] Essa é que seria uma política honesta de governo. Mas os que não se preparam para as grandes responsabilidades da vida pública não sabem administrar. Só sabem fazer demagogia [...] e afugentar os capitais estrangeiros necessários ao nosso desenvolvimento, afugentar os próprios capitais nacionais, que estão procurando outros sítios mais seguros, onde não serão perseguidos como estão sendo no Brasil”.

A “Rede da Democracia” ficou no ar até 1º. de abril de 1964. Terminou junto com a democracia.

Nos dias de ódio e fúria que se seguiram à deposição de João Goulart, a esmagadora maioria dos jornais saudou o golpe de Estado. Os editoriais do *Correio da Manhã* – “Basta!” e “Fora!” –, na definição precisa de Janio de Freitas, entraram para “a história vergonhosa do jornalismo golpista”. E o que dizer do título do editorial na primeira página de *O Globo* em 1/4/1964: “Ressurge a democracia!”? Sem falar na coleção de manchetes eufóricas com a destruição do Estado democrático de direito. Eis algumas: “Vitorioso o movimento democrático” (*O Estado de S. Paulo*, 2/4/1964), “Povo festejou na Guanabara vitória das forças democráticas” (*Diário do Paraná*, 2/4/1964), “Fabulosa demonstração de repulsa ao comunismo” (*O Dia*, 4/4/1964).

Não resta qualquer dúvida sobre a interferência crucial dos meios de comunicação na preparação e na defesa do golpe de Estado – o qual, convém insistir, impediu a continuidade de um processo emergente de democratização da vida social, política, econômica e cultural do país. A imprensa construiu e difundiu, sistematicamente, narrativas hostis ao governo Goulart e ao bloco nacional-reformista, resguardando domínios e privilégios de classe da burguesia e do sistema de poder por ela hegemonizado. Tomou partido, deixou claro de que lado estava. “A imprensa era parte da conspiração, pelo seu conservadorismo.”, acentua Janio de Freitas. “Ela era e é antirreformas. Qualquer mudança que atinja a chamada estrutura socioeconômica do Brasil, a imprensa vai ser contra. Ela foi e é a primeira arma do conservadorismo e do golpismo”.

\*Dênis de Moraes, jornalista e escritor, é professor aposentado do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Autor, entre outros livros, de *A esquerda e o golpe de 1964 (Civilização Brasileira)*

# a terra é redonda

[<https://amzn.to/3wyZSRc>]

## Notas

---

[1] Antonio Gramsci. *Cadernos do cárcere*. Org. de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 78. v. 2. (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo).

[2] Antonio Gramsci. *Cadernos do cárcere*. Org. de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 349-359. v. 3. (Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política).

[3] Depoimento de Janio de Freitas ao autor, 29 de agosto de 2023.

[4] René Armand Dreifuss 1964: *a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 125.

[5] Idem.

[6] Ibidem, p. 194.

[7] Depoimento de Ana Arruda Callado ao autor, 24 de agosto de 2023.

[8] Depoimento de Janio de Freitas ao autor, 29 de agosto de 2023.

---

**A Terra é Redonda existe graças  
aos nossos leitores e apoiadores.  
Ajude-nos a manter esta ideia.**

**[CONTRIBUA](#)**